



Anais da Assembléia

N. 116

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 98.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1987.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Quielse Crisóstomo.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenato Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alboorghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Acyr Mezzadri e David Cheriegate (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado e a Senhora Deputada Irondi Pugliesi (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Eu

requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para votação das Atas.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Basílio Zanusso.

(É procedida à verificação de votação)
Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Excelentíssimo Senhor Deputado Werner Wanderer como membro suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de corrupção no Banco Del Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.^o 268/87, oriundo da Mensagem Governamental n.^o 96/87 de 29 de setembro de 1987, que dispõe que a todos os funcionários públicos de todas as categorias funcionais aplica-se a legislação federal que trata do reajuste salarial e do crédito residual, a partir de 1.^o de setembro último.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

consignado Regime de Urgência para a Proposição nº 40/87.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

Apoio:

Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Belinati, Rafael Greca, Lindolfo Júnior, José Felinto, João Arruda, Cândido Bastos, Nelson Vasconcellos, Ironi Pugliesi, Eduardo Baggio, Vera Agibert, Lauro Lobo Alcântara, Nilton Barbosa, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto, Pirajá Ferreira, Edmar Luiz Costa, Homero Oguido, Ferrari Júnior, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Algaci Túlio, Sabino Campos, David Cheriegate, Pedro Tonelli, Erondy Silvério, Alexandre Ceranto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 267/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 86/87, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7297, de 08.01.80. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e também para o Projeto de Lei nº 268/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 96/87, que dispõe que aos funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei nº 2335, de 12.06.87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 2336, de 15.06.87, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 81/87, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar em cada Delegacia de Plantão da estrutura da Polícia Civil do Paraná, um cargo de Assistente Social, Advogado e Psicólogo.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

PROJETO DE LEI Nº 81/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar em cada Delegacia de Plantão da estrutura da Polícia Civil do Paraná, um cargo de Assistente Social, Advogado e Psicólogo.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo criar em cada Delegacia de Plantão da estrutura da Polícia Civil do Paraná, um cargo de Assistente Social, Advogado e Psicólogo.

Parágrafo Único - Os profissionais para ocupação dos cargos deverão estar inscritos em seus respectivos órgãos de classe.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei num prazo de 60 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A medida em que o indivíduo se transforma, a sua lei também é transformada. As unidades básicas de execução do Sistema Policial do Estado contam em sua estrutura com pessoal treinado para a recepção dos presos (pessoas com problemas) e encaminhamento de acordo com as devidas sentenças. Destaca-se daí a inexistência quase que total de mecanismos de prevenção e acompanhamento profissional que leve o indivíduo à superação da problemática em que está envolvido, bem como um amadurecimento para a convivência, em sociedade, pelos valores educacionais e de virtude, e não pela força desagregante com que procuram conquistas sem espaços.

Com o amadurecimento de cada indivíduo, se realiza também o amadurecimento da coletividade, da qual o homem é a primeira e mais sólida base.

Junta-se a isto que a atuação de profissionais com habilitação específica muito contribuirá para a reabilitação de detentos, bem como poderá recolocá-los na comunidade integrando-os mais adequadamente à vida social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Antônio Francisco do Nascimento Filho, conhecido como "Neco", Superintendente da Delegacia de Polícia de Toledo, ocorrido ontem de forma trágica e brutal, naquela Cidade.

REQUER, ainda, seja dado ciência deste requerimento a Senhora Odete do Nascimento, à rua Cassiano Jorge Fernandes nº 1760, em Cascavel-PR e ao Dr. Gildalti do Nascimento, a/c da Polícia Civil, à rua Barão do Rio Branco, 182, nesta Capital, respectivamente, esposa e irmão do extin-

to.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Ontem à tarde, na cidade de Toledo, ao proceder investigação de uma denúncia a respeito de elementos suspeitos uma equipe de policiais, comandada pelo Delegado Arnaldo Della Cruz e pelo Superintendente Antônio Francisco do Nascimento Filho, foi recebida pelos marginais com uma série de disparos, sem qualquer chance de defesa.

O Superintendente Antônio Francisco, o "Neco", recebeu um tiro na cabeça, morrendo no próprio local, sendo que o Delegado Arnaldo, apesar de ferido, ainda tentou fazer uso de sua arma, sem no entanto conseguir impedir que o assassino e seus cúmplices empreendessem fuga, tomando uma mulher e uma criança como reféns.

Esta tragédia, que deixou enlutada uma das famílias mais tradicionais do Estado do Paraná, ceifou a vida de um homem de apenas 53 anos, no cumprimento do dever, o qual sempre pautou suas ações pela honradez e lealdade. Irmão do Delegado Gildalti Nascimento, atual Presidente da União da Polícia Civil do Paraná, Antônio Francisco era casado e tinha três filhos menores. Sua morte, de forma brutal e insensata, deixa uma lacuna impreenchível no seio de sua família, causando intensa consternação não só aos inúmeros amigos que possuía, como também a toda comunidade paranaense, preocupada com a elevada onda de violência que vem se manifestando no Estado.

Ao externar nossas condolências e solidariedade à família enlutada, manifestamos também a confiança e convicção de que a Polícia Civil, a cujo quadro pertencia Antônio Francisco, não deixará impune esse desumano crime contra a vida daquele que a perdeu no exercício do seu dever, na defesa da segurança da sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações pelo Dia do Professor.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão da Mesa seja dado ciência à Associação dos Professores.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato do reconhecimento da grandeza e mérito de trabalho do professor na formação do "homem do amanhã".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", pelo transcurso de 12 anos da coluna "Gazeta na Justiça", e 32 anos da coluna "Dino Almeida Informa", dando-se ciência do mesmo à Direção, na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e aos responsáveis por aquelas colunas, jornalistas Antônio Celso Albuquerque, Waterloo Marchesini Júnior e Dino Almeida, respectivamente.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Gazeta do Povo", há 12 anos vem editando a coluna "Gazeta na Justiça", sob a responsabilidade dos advogados Antônio Celso Albuquerque e Waterloo Marchesini Júnior, prestando relevantes serviços de informações no tocante ao meio forense.

Por outro lado, a coluna "Dino Almeida" já se consagrou como sendo leitura obrigatória para manter o paranaense bem informado sobre assuntos de interesse de toda a sociedade.

Assim, no dia 15 de setembro, a primeira delas completou doze anos e, no dia 06 do corrente mês, a última registrou seus 32 anos.

Por tratar-se, ambas, de exemplos a serem seguidos aos que se dedicam ao honroso mister de bem informar, solicitamos a consignação do presente voto de congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Engenheiro Fernando Xavier Ferreira, Presidente da Telepar, bem como aos Diretores: José de Paula Furtado, Alberto Luiz Fava, Carlos Carneiro de Mello, José Carlos Galotti Blauth e Luiz Henrique Vilhena Silva Pinto, pela posse na Presidência e Diretorias da Telepar.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos nominados.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A posse de Fernando Xavier Ferreira na Presidência da Telepar significa que a empresa não deverá perder o ritmo, e estará sem dúvida em boas mãos para enfrentar os desafios que estão aparecendo com o desenvolvimento e as transformações por que passa o nosso Estado, necessitando de que as telecomunicações acompanhem o avanço.

Como representantes do povo, devemos

externar o nosso voto de confiança na nova direção da empresa, certos de que Fernando Xavier Ferreira, José de Paula Furtado, Alberto Luiz Fava, José Carlos Blauth, Luiz Henrique Silva Pinto e Fernando Formagio deverão fazer um trabalho que corresponderá aos anseios dos paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações ao Delegado Chefe da Polícia Federal do Paraná, Dr. Moacir Favetti, e ao Diretor da Polícia Federal de Foz do Iguaçu-PR, Dr. Ocione Serafim de Santana, pelo brilhante trabalho de fechamento e prisão dos responsáveis do "Cassino" instalado clandestinamente no município de Foz do Iguaçu-PR.

Outrossim, REQUER seja oficiado aos mesmos, através dos seguintes endereços:

DR. MOACIR FAVETTI

DD. Delegado Chefe da Polícia Federal do Paraná

Rua Ubaldino do Amaral, 321

80.060 - CURITIBA - PR.

DR. OCIONE SERAFIM DE SANTANA

DD. Diretor da Polícia Federal em Foz do Iguaçu - PR.

Rua José Schimelpfeeng, 981

85.890 - FOZ DO IGUAÇU - PR

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações pela passagem, nesta data, do "Dia do Professor".

A data é significativa e merece ser lembrada, pois homenageia uma classe, a dos professores, que representa no contexto da Nação, um dos pilares de seu progresso e evolução, pois uma nação só progredirá se seu povo for educado. Por tudo que representa o professor para os representantes do povo nesta Casa, apresentamos a presente proposição e requeremos ainda que, se aprovada, seja da mesma dado conhecimento à Associação dos Professores do Paraná e à APAD - Associação Paranaense dos Diretores de Escola.

REQUER, à guisa de justificativa, que se anexe o pronunciamento do requerente, nesta data, feito no Horário das Lideranças.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de louvor e aplauso à direção dos jornais "Folha de Londrina" e "Paraná Oeste", pelas edições comemorativas ao "Dia da Criança".

REQUER, outrossim, se dê ciência da decisão desta Casa ao Diretor-Presidente da Empresa Jornalística Folha de Londrina, Senhor João Milanez.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Os jornais "Folha de Londrina" e "Paraná Oeste" têm emprestado excelente contribuição ao desenvolvimento de nosso Estado.

E têm se colocado, invariavelmente, em posição de vanguarda na defesa dos interesses maiores da coletividade.

Exemplo disso foi o excepcional trabalho realizado no último final de semana, quando através de suas edições alusivas ao "Dia da Criança", mostraram como é a realidade do mundo infantil em nosso meio.

Em tintas negras quase sempre, mas sem jamais deixar de realçar que, apesar de tudo, criança significa esperança, retrataram, em dezenas de páginas, um quadro real acerca da desvalida infância paranaense e brasileira. E mostraram, também, o que se faz e o que deveria ser feito em prol de nossas crianças, a fim de dar-lhes melhores perspectivas de vida.

Pela maneira séria, ampla, objetiva e corajosa como se tratou o assunto, entendo que merecem a "Folha de Londrina" e o "Paraná Oeste", empresas do mesmo grupo jornalístico, uma vez mais, o respeito e a gratidão de todos nós e, de maneira especial, desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor ao Sr. Amauri Antônio Ançay, pela escolha de "O Operário Padrão do Paraná de 1987", em promoção realizada pelo SESI e pelo "O Globo".

Todos os anos, o Serviço Social da Indústria - SESI e "O Globo" realizam a escolha do Operário Padrão, primeiro a nível de cada Estado e, após, a escolha do Operário Padrão do Brasil.

Este ano, o escolhido em nosso Estado

foi o Sr. Amauri Antônio Ançay, profissional gráfico da tradicional Impressora Paranaense S/A. que agora, ao lado de representantes de outros Estados, participará da escolha a nível nacional.

Paranaense de Curitiba, casado, com dois filhos, Amauri Antônio Ançay trabalha desde os 16 anos, estando na Impressora Paranaense desde 1956, há mais de 30 anos, portanto. Na empresa sempre se destacou pela aptidão e dedicação ao trabalho, iniciando na função de ajudante de impressor, sendo atualmente gerente de departamento OFFSET. Nesta última função, caracterizou-se pela capacidade de inovação, sempre na busca criativa de simplificação e aperfeiçoamento na direção do aumento da produtividade do setor sob sua responsabilidade.

Vale salientar que o Operário Padrão Estadual de 1987, Amauri Antônio Ançay, é funcionário da tradicional Impressora Paranaense S/A. que completará agora em 1988 o seu centenário de fundação. Empreendimento do Industrial Ildefonso Correia, o Barão de Serro Azul, também conhecido como o "Mauá do Paraná", já a partir de 1912 passaria a contar com os conhecimentos e a experiência de Max Schrappe, consolidando uma empresa com destacada presença no mercado.

São duas trajetórias muito semelhantes, empresa e empregado, com a mesma disposição, o mesmo dinamismo, a mesma busca incessante de desenvolvimento, aperfeiçoamento e progresso.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e o Ilustríssimo Senhor Luiz Guimarães, Diretor Superintendente do IPE, em caráter reiterativo ao ofício de nº 1410/87 da Câmara Municipal de Maringá, em obediência ao requerido pelo nobre Edil Mário Toshio Yatsugafu, conforme xerox em anexo.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de Ofício à Presidência da Telepar, solicitando instalação de Posto de Serviço Telefônico - PS, na localidade denominada Bom Jesus, município de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Bom Jesus, município de Marmeleiro, tem se destacado como uma região de alta produção agrícola e pecuária. Tal o destaque da área, que tem merecido especial atenção das entidades dedicadas ao armazenamento e comercialização da produção agrícola, caso específico da Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda., que ali mantém importante entreposto.

A população ali residente tem manifestado séria e justa preocupação pela ausência de meios de comunicação com o centro urbano a que pertence, e com outros municípios com os quais mantém relacionamento comercial.

Seria fastidioso enumerar os problemas que essa falta - ou ausência - de comunicação acarreta àquela laboriosa comunidade.

A instalação de um Posto de Serviço Telefônico-PS pela Telepar, serviria, quando menos, para aproximar os moradores de Bom Jesus da sede, além de permitir-lhes agilizar providências de comunicação - por necessidades básicas de negócios - e, o mais importante, com relação a atendimentos médicos.

Temos certeza que, por sua importância no cenário da produção do município de Marmeleiro e toda a região de Francisco Beltrão, a localidade de Bom Jesus logo será incorporada entre as beneficiadas pelo Serviço de Telefonia paranaense, vindo a ser contemplada com o tão desejado Posto de Serviço Telefônico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quatro salas de aula no Colégio Estadual Presidente Kennedy, no distrito de Flor da Serra, município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Em recente visita que este parlamentar fez ao referido colégio, constatou que ele necessita de mais quatro salas de aula para acomodar melhor os alunos matriculados, bem como instalações sanitárias condizentes. Atualmente, o colégio ocupa três salas improvisadas que pertencem à igreja, numa distância de 200 metros do colégio. Além do desconforto dos alunos e dos professores no deslocamento até lá, existe a do transporte da merenda escolar, indis-

pensável ao crescimento saudável nesta faixa etária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Digníssimo Desembargador Mário Lopes dos Santos - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que Marialva seja elevada de Comarca Inicial para Intermediária.

Marialva vem apresentando franco desenvolvimento em todos os setores, e hoje já conta com toda a infra-estrutura de um município de porte médio, e tal solicitação vem em atendimento à reivindicação de todas as lideranças políticas da Região, que vem desde 1983 pleiteando este benefício.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A história da ocupação da terra no Brasil, desde a data de 1500, foi marcada pela violência e pela prepotência dos mais abastados e "amigos do rei" contra os mais fracos e necessitados.

As notícias de assassinatos, ameaças de mortes, perseguições com motivo na disputa pela posse da terra, são manchetes diariamente nos meios de comunicação de massas.

Quando esta violência atinge os mais fracos e/ou aqueles que os defende, assiste-se a uma "cegueira generalizada" por parte das polícias, do Poder Judiciário e das autoridades judiciárias, permanecendo impunes os assassinos e mandantes, principalmente quando os autores são frequentadores dos palácios.

Neste contexto, quando uma autoridade destoa desta postura repudiável, há que se elogiar-la.

O Delegado Mário Luiz Machado exercia suas funções na cidade de Castro e, nesta qualidade, foi encarregado para investigar as denúncias de crimes cometidos e atribuídos ao Senhor Hermann Rauf Piper que, segundo as acusações, através da Empresa GEOSUL, vinha ocupando as terras da região a "manu militari". No exercício de suas funções, o delegado Mário sofreu inúmeras ameaças e pressões para que desistisse do cumprimento de suas prerrogativas e dos deveres legais, chegando inclusive, por pressões políticas, ser transferido para Ponta Grossa. Mas, para o bem da população que merece ver a verdade dos fatos esclarecida, ele foi nomeado Delegado Especial para o caso. Nem por isso as ameaças cessaram.

Além da questão penal, devidamente encaminhada policialmente e na esfera do Poder Judiciário, já uma outra tão séria quanto a primeira: promover a justiça para com as famílias vítimas da voracidade daquele alienígena, expulsas violentamente das terras cuja propriedade ou posse lhes pertencia há muitos anos.

Diante do exposto, este Deputado REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Delegado Mário Luiz Machado, parabenizando-o pela atuação no caso em tela.

REQUER, ainda, o envio deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes Noronha, DD. Secretário de Segurança do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Diretoria do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A., solicitando estudos para a instalação de uma agência (posto de serviços) no Município de Flórida.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato deste Município atualmente não possuir nenhuma agência bancária, o que vem dificultando sobremaneira a população que necessita diariamente de serviços bancários, que garantem significativa arrecadação de impostos e tributos ao erário público.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Superintendente do IPE, Dr. Luiz Chemin Guimarães, solicitando a instalação de um Centro Previdenciário do IPE em Maringá, com amplo atendimento de Raio X, Laboratório, Eletrocardiograma, Dentistas e outros serviços específicos, a exemplo da política adotada no Município de Londrina.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de Maringá polarizar uma grande Região e comportar significativa parcela do funcionalismo estadual, que para este Município converge em função da assistência médico-hospitalar, sobretudo quando em busca de tratamentos que requeiram melhor e diferenciado atendimento, enfrentando sobrecarga por demais onerosa com despesas de custeio de locomoção, hos-

pedagem e outros encargos.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de Subdelegacia para o Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição assenta-se em justa reivindicação da comunidade de Flor da Serra, baseada na necessidade de dar à comunidade melhores condições de segurança visto seu constante aumento populacional.

Acresce dizer que o Subdelegado poderá, desta forma, dar atendimento condigno a todos, uma vez concretizada a referida construção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de Subdelegacia para o Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento da localidade, no nosso entender, comporta a construção de Subdelegacia. Baseados na necessidade de dar-se melhores condições de segurança, que a laboriosa população merece, esperamos contar com o apoio da secretaria ao que foi exposto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor deste, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário da Educação, e ao Ilustríssimo Senhor Osvaldo Podolam, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando reforma geral no Colégio Estadual Presidente Kennedy, Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Objetivando melhorar as dependências do referido Colégio, para dar ao aluno condições que considerados indispensáveis no desenvolvimento normal e correto do escolar apresento este requerimento, que representa, por sua vez, aspiração do corpo docente e discente daquela entidade escolar.

Para manter suas atividades dentro dos padrões de suficiência desejável, apelamos às autoridades acima citadas, solicitando atenção ao assunto exposto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os parlamentares paranaenses e, quase com certeza, todas as autoridades brasileiras, receberam, nos últimos 15 dias, uma publicação intitulada: "Homenagem ao Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco", na qual os empresários e a classe patronal brasileira em geral, em almoço a ele oferecido, manifestaram "o reconhecimento a um legionário defensor da iniciativa privada", autor de uma "profissão de fé privatista".

Até aí não há nada a estranhar, até porque a manifestação da opinião é livre e a cada cidadão é dado o direito de pautar-se de acordo com suas convicções.

Entretanto, o fato daquela publicação ter sido distribuída pelo próprio Ministério da Indústria e Comércio, com envelopes, despesas de correio e com endereço do próprio Ministério, é inaceitável.

Desde quando "às autoridades é dado o direito de se utilizar do dinheiro público para auto-promoção? Em que pese a manifestação de reconhecimento, ela o é de uma parcela da população somente. Além do que, ela significa o acariciamento do poder e do ego de seus mandatários, com o objetivo de se beneficiar das benesses financeiras e econômicas do Estado, e não representa nem a média do pensamento da população.

Diante do exposto, este Parlamentar, no uso de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Hugo Castelo Branco, DD. Ministro da Indústria e Comércio, protestando contra o uso indevido dos recursos públicos em benefício da auto-promoção.

A publicidade é necessária para as autoridades carentes de grandes atos.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador

dor do Estado do Paraná, Álvaro Dias, e ao Senhor Superintendente do IPE, Dr. Luiz Chemin Guimarães, para que seja instalado em Maringá, pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE -, um Centro Previdenciário com amplo atendimento de Raio X, Laboratório de Análises Clínicas, Eletrocardiograma, atendimento odontológico e outros serviços específicos a exemplo dos existentes em Curitiba e Londrina.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que Maringá polariza uma vasta região, comportando parcela significativa do funcionalismo estadual, que para este município converge em função da Assistência Médico Hospitalar, sobretudo quando em busca de tratamento que requeira melhor e diferenciado atendimento;

Considerando que estes servidores enfrentam a sobrecarga por demais onerosa com despesas de custeio de locomoção, hospedagem, remédios e outros encargos o que faz com que muitos servidores deixem de procurar atendimento pelo IPE em virtude dos altos custos para se deslocarem até Curitiba;

Considerando a precariedade e, em muitos aspectos, a insuficiência dos serviços da Agência local, que obriga os previdenciários em vista do não recebimento dos benefícios a que tem direito, a busca de outros meios ou serviços particulares, sempre às suas próprias custas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, a instalação de um Posto do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ - BANESTADO no Distrito de Vila Alta, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se faz em decorrência de manifestação da comunidade de Vila Alta, que contava apenas com uma agência do Banco Bradesco, que fechou no início do mês em curso. Assim, para que os produtores e comerciantes daquele próspero distrito não fiquem privados de trabalharem com o sistema bancário, operando com financiamentos e todas as demais operações bancárias, nós solicitamos a instalação de tal posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa o encaminhamento, ao Senhor Chefe do Poder Executivo, do se-

guinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual a forma usada pelo Estado do Paraná, na transação de compra do imóvel ocupado pelo "Cine Vitória"?

2. Quais os termos do contrato de "compra e venda" do referido imóvel? Encaminhar cópia deste.

3. Antecedendo a compra do imóvel, foram realizadas consultas, avaliações, e outros procedimentos comuns junto aos órgãos especializados?

4. Quais os órgãos que se pronunciaram e quais os resultados das consultas e avaliações? Encaminhar cópia dos pareceres.

5. Qual a firma, ou arquiteto, que elaborou o projeto de ocupação do imóvel pelo Estado do Paraná para transformá-lo num centro de convenções? E quem executou o projeto?

6. Qual o orçamento total, em custos, da obra?

7. Para que data está prevista a conclusão da obra?

8. Foi realizada licitação para realização da obra? Se foi, quais as empresas que se habilitaram e qual a vencedora?

9. A que Secretaria de Estado deverá ficar subordinado o centro de convenções em questão?

10. Existe projeto de funcionamento do centro? (Se existe, encaminhar cópia).

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Preidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, submete à apreciação da Mesa da Assembléia a seguinte proposição:

A Sociedade Protetora dos Animais presta relevantes e humanitários serviços à coletividade paranaense através da proteção dispensada aos animais. Seres estes necessários ao homem e ao equilíbrio ecológico da terra. Esta sociedade, como toda entidade de caráter filantrópico e de fins ideais, enfrenta grandes dificuldades para desenvolver o seu trabalho, mormente no que respeita à necessidade de um veículo para execução dos fins a que se propôs. Razão esta que leva o Deputado REQUERER apelando a sensibilidade do Senhor Governador, e ao seu alto espírito humanitário, - conforme vem demonstrando - para que estude a viabilidade e determine seja cedido à Associação Protetora dos Animais um veículo automotor já usado, para uso exclusivo de suas finalidades.

Requer, ainda, seja encaminhado cópia deste à Sociedade Protetora dos Animais.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado cópia deste requerimento ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, cumprimentando-o pela versatilidade de gerenciamento, não apenas na Pasta que dirige, como também na cooperação em outras áreas.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A propositura do presente requerimento se reveste de características próprias, procurando, em momentos oportunos, dar um testemunho àqueles, que mercê sua participação operosa na administração do bem público, propugnam para o desenvolvimento e crescimento do Estado.

O Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, tem revelado, frente àquela Secretaria, um trabalho altamente dinâmico e profícuo, agindo sempre com austeridade na agilização e solução dos assuntos relacionados com a Educação, mantendo um nível e padrão de tratamento com a classe sobejamente elogiável, razão porque testemunhamos a nossa admiração e respeito, com os cumprimentos de elevada consideração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Dr. Mário Pereira, MD. Secretário de Estado da Administração, cumprimentando-o pelo trabalho eficiente e fecundo que vem desempenhando frente à Pasta da Administração.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Não poderia, sob pena de pecar pela omissão, deixar de manifestar os meus cumprimentos ao Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado da Administração, em razão de sua reconhecida capacidade de gerenciamento, a qual vem demonstrando no comando daquela importante Secretaria.

Como um dos baluartes da reforma administrativa implantada pelo atual governo, procurando, sob todos os aspectos, dar uma nova roupagem ao estilo de administração, mais racionalizada, o Secretário criou uma mentalidade funcional inusitada, procurando valorizar os funcionários públicos que, por sua vez, estão se identificando com a filosofia de trabalho sério e transparente proposto pelo Governador Álvaro Dias.

Homem sério, sensível aos grandes e

pequenos problemas de sua área, vem dando soluções adequadas e positivas, quando submetidos à sua apreciação e decisão. Prático, coerente, sincero, revela-se, por isso mesmo, como um dos excelentes Secretários de Estado que compõem toda a equipe governamental.

Em razão de suas incomensuráveis qualidades como homem público, parlamentar e cidadão, deixo expresso meus cumprimentos de admiração e respeito.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 273/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A Rede Estadual de Ensino terá, obrigatoriamente, em todos os seus estabelecimentos, uma sala de aula destinada, especificamente, à alfabetização de pessoas adultas.

Parágrafo Único - As salas de aula, preferencialmente, deverão contar com professores especializados na alfabetização de adultos.

Art. 2º - A Secretaria de Educação do Estado tomará as providências necessárias para que haja disponibilidade desta sala de aula em todos os períodos: matutino, vespertino e noturno.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O direito à educação é direito inalienável de todos.

Sabidamente o acesso de pessoas adultas ao ensino é bastante difícil, mormente para a alfabetização.

E, as estatísticas mostram que pessoas na idade adulta encontram sérios obstáculos na habilitação de empregos pela falta de estudo.

As dificuldades hoje impostas ao povo brasileiro exigem das autoridades constituídas que lhe seja propiciado, pelo menos, recursos para alfabetizar-se.

A falta destes é lacuna que precisa ser fechada dentro da Rede Estadual de Ensino.

O que justifica a apresentação do presente Projeto de Lei, que visa exatamente propiciar condições, dentro da Rede Estadual de Ensino, para que pessoas adultas sejam estimuladas a se alfabetizarem. Além do que, irá se constituir, para boa parcela da comunidade, numa esperança de melhoria de vida, através da conquista de empregos que lhes permitam usufruir de uma vida digna.

PROJETO DE LEI N. 274/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MIRINGUAVA - ASMIRIN, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Miringuava, localizada no Município de São José dos Pinhais, foi constituída com a finalidade de defender os interesses sociais, cívicos e culturais da comunidade que abrange; estimular o espírito de solidariedade entre os moradores e amigos integrantes da Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida de toda a comunidade.

Encontra-se devidamente legalizada no Ofício de Títulos e Documentos registrada sob o n. 3460, às folhas 35.

Por estas razões, esperamos o devido apoio dos nobres Parlamentares, pela aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N. 275/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - É declarada de Utilidade Pública a CASA DA CULTURA DE PATO BRANCO, com sede e foro na cidade de Pato Branco, neste Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como objetivo primordial declarar de Utilidade Pública a Casa da Cultura de Pato Branco, da cidade do mesmo nome.

A entidade, fundada há muitos anos, vem prestando inestimáveis serviços à cultura, através de palestras, fóruns de debates e outros eventos sócio-culturais, visando unicamente o desenvolvimento educacional/cultural, tão carente em nosso País.

A instituição não possui recursos financeiros suficientes à sua manutenção, e presta relevantes serviços gratuitos à comunidade, e sua diretoria não recebe dividendos, bonificações ou remuneração a qualquer título.

A documentação está correta, conforme preceitua a Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Diante do exposto, espera do douto Plenário, a aprovação.

PROJETO DE LEI N. 276/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO PARQUE INDUSTRIAL E VILA MACHADO PINHEIRINHO, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão, fundada na data de 15 de setembro de 1984, é sociedade civil, com sede e foro em Curitiba.

Destina-se a lutar pelos interesses comunitários; desenvolver programas benéficos, culturais, desportivos e de natureza social de um modo geral; prestar assistência social aos necessitados; promover a auto-determinação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Das atividades que a Associação vem exercendo há três anos, podemos destacar:

- Beneficiamento com gêneros alimentícios;
- Agasalhos às famílias carentes;
- Distribuição de 6 mil litros de leite para crianças carentes inscritas no Projeto Rondon;
- Construção atual da creche da Vila Machado.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta.

Nestas condições, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência registra com satisfação, na tribuna desta Casa, a presença dos acadêmicos da Faculdade de Direito de Curitiba que participam, para honra desta Casa, do estágio legislativo simulado, promovido por esta Assembléia.

Consulto o PT se fará uso do seu horário.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, não estou recuperado; ainda estou afônico.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência aceita com satisfação as ponderações de Vossa Excelência.

Consulto o PDT se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A bancada do PDT se congratula com os estudantes de Direito que nos visitam neste dia, e que aqui, evidentemente, também vieram e aproveitam para fiscalizar como se trabalha neste Parlamento. Somos 54 Deputados e apenas 20 se fazem presentes. E, lamentavelmente, nesta semana é esta a única sessão que podemos realizar, porque infelizmente a grande maioria dos Deputados não compareceram. Cada um tem a sua justificativa, mas nos fizemos presentes em todos os dias nesta Casa.

Mas a bancada do PDT também quer, Sr. Presidente, se congratular neste dia com a nobre classe dos professores, esta classe injustiçada, esta classe sofrida, esta classe responsável pela educação do povo neste Brasil e que, lamentavelmente, não recebe o apoio que deveria receber.

Hoje, dia 15, é o Dia do Mestre, é o Dia dos Professores. E eu leio aqui uma matéria que saiu na página Educação na Gazeta do Povo, que diz o seguinte:

"Que o dia 15 de outubro seja só de amor. Obrigado, Senhor, por mais esta alegria, por mais este Dia do Professor. Entre tantas insensibilidades dos governos, mesmo assim não podemos nos entristecer; lá do alto o Todo-Poderoso nos tem dado alegrias e mais alegrias que a tudo compensam. Mas que bom seria, Senhor, se também o homem-governo se aproximasse e enxergasse verdadeiramente as necessidades e a obra do Professor.

Quinze de outubro é uma data maravilhosa. Queremos vivê-la com muita paz, amor e entendimentos. Muitas promessas, acordos, pró-memórias continuam mortos, o que é incompreensível. Os mestres na sua data reivindicam aos Constituintes que tomem e levem a sério as proposições concretas lançadas em documentos pelas entidades representativas da esfera educacional e que constem da Constituição, garantias para sobrevivência da educação das escolas públicas e gratuitas.

O professorado espera dos políticos que haja maturidade, que haja compreensão e amor suficientes para que as aspirações da classe se tornem uma realidade e um estímulo para o bem da Nação.

No Dia do Professor, as esperanças e a confiança são sentimentos que se abrem mais e mais para um crescimento mútuo com a comunidade discente. Entre todos os dias do ano, 15 de outubro, nesta quinta-feira, se destaca em reflexões e manifestações, os professores atribuem ao Governo a meta-de da responsabilidade pela harmonia no relacionamento com a categoria.

Há um ano encerrava-se o conflito, uma greve de trinta dias. Hoje, o Governo precisa retomar como parâmetros, o respeito e

o reconhecimento. Ninguém pode afastar de sua memória a vida escolar que é alimento, crescimento e aprendizado para sempre.

A Associação dos Professores do Paraná tem realizado grandes esforços para amenizar crises e apagar arestas, porém ainda não recebe uma correspondência à altura por parte das autoridades federais, estaduais e municipais, que continuam transmitindo muita insegurança, incertezas e intranquilidades.

Se os Governos cuidarem dignamente de sua parcela de responsabilidade, vão assegurar que os próximos 15 de outubro sejam só de alegrias, realizações, energia, disposição e compreensão.

Ainda falta muita consciência por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, e muitos seres humanos nascem mortos, famintos e corruptos, gananciosos porque não têm escolas, nem professores. Outros nascem condenados em depósitos infra-humanos, sem rumo e formação, frustrados, entregues a drogas e vícios. Esses seres, iguais a nós, de matéria e forma, corpo e espírito, nascem mortos na autoridade pública, irresponsável, que detém o poder, sem valorizar a pessoa do educador!

Na passagem do dia glorificado, Paulo Maia de Oliveira e todos os dirigentes da entidade de classe, abraçam a cada professor, suplicando ao Senhor que transforme em graças, saúde e felicidade, tudo o que é ensinado, aprendido e vivido, na sala de aula e fora dela, crescendo e fazendo amadurecer, no mesmo processo de entre-ajudas, responsabilidades, valores e prêmios.

Mestres, no dia, anseiam que o Governo acredite na força da educação e, principalmente nos educadores, única certeza para restabelecer a ordem estrutural em clima de paz e o verdadeiro progresso democrático no Brasil.

No Dia do Professor não tem festa, não tem desfile, não tem outro tipo de solenidade, porque também os professores municipais estão aí, numa situação difícil e cobrando de Sua Excelência o Prefeito de Curitiba, promessa feita por ocasião da última greve. Os professores da rede municipal de ensino, mais de 4.000 professores, estão insatisfeitos com a posição da Prefeitura, em relação às reivindicações salariais da categoria.

Eles pedem, basicamente o justo, que é a isonomia salarial com os professores do Estado. Depois de muito insistirem, o Secretário Municipal da Educação, apenas admitiu que a greve deve ser tratada e definida pelo Prefeito. Mas, até agora, absolutamente nada...

Nesse impasse, as perdas salariais vão aumentando, já que a indefinição a respeito da isonomia, ou ao menos de um reajuste salarial mais condizente com o desempenho

da função, não está sendo sinalizado pela administração municipal. Claro que a Prefeitura tem vários problemas sérios para resolver, e a maior complicação para chegar a uma solução ainda é a falta de verbas, investir poucos recursos, apenas o que dispõe, no social, é importante, como na área da Saúde Pública também o é, mas estimular o professor a melhorar a qualidade do ensino é uma das formas de incentivo, um salário justo, certamente merece mais atenção e cuidado. Que o professor municipal tenha melhores condições de desempenhar a sua função e receba de acordo com o desgaste natural do seu trabalho. É o que se espera da Prefeitura, que de um lado tem procurado preservar as escolas atuais e inaugurar outras, e de outro, tem deixado a categoria insatisfeita em relação aos salários."

Quero também, nesta manhã de quinta-feira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para complementar, dizer que lamentamos profundamente o que vem acontecendo na área de segurança deste Estado, quando a Polícia, tanto a Militar como a Civil, estão perdidas, enquanto a Polícia Federal toma as rédeas da situação.

A Polícia Civil e Militar não sabem se combatem a corrupção, se combatem o jogo, porque há um acerto entre governo e bicheiros, e enquanto isso se abre cassino em Foz do Iguaçu e a Polícia, Militar e Civil, fica em cima do muro, e a Polícia Federal é que tem que intervir.

É uma situação difícil, e eu venho aqui falar em nome da classe policial, que está sem saber como se definir, se combate ou fica do lado de cá. Se combate, está arriscado o delegado, o policial a ser punido até, porque está combatendo um jogo ilícito.

Se fica do lado de lá, a população cobra. Realmente, é uma situação difícil, e que esperamos que Sua Excelência o Secretário da Segurança Pública, venha a esta Casa dar explicações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência quer fazer uma correção ao Deputado Algaci Túlio.

Na terça-feira, houve a sessão com a presença de 42 Srs. Deputados, e se estendeu até às 18 horas, tendo inclusive sido usado o Horário das Explicações Pessoais, pelos Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Domingos Scarpellini.

No Horário da Liderança do PL, consulto a sua Liderança se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança

do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Desejo, inicialmente, em nome da Bancada do PMDB, trazer nesta tribuna a nossa saudação ao dia 15 de outubro, Dia dos Professores, à valorosa classe de mestres, que têm a incumbência de formar a cultura, a educação, a capacidade e o conhecimento de toda uma geração brasileira.

Merecem, portanto, os professores do Paraná, a homenagem pela passagem do seu dia, como mereceram desta Casa, recentemente, a votação da Mensagem Governamental instituindo no Paraná o regime diferenciado de trabalho, antiga reivindicação da classe dos professores e que teve o trabalho árduo, unânime dos Parlamentares desta Assembléia Legislativa, no reconhecimento ao desejo de aprimoramento de sua categoria profissional.

De outra forma, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero saudar os acadêmicos de Direito que aqui estão, honrando esta Assembléia Legislativa pelas suas presenças, na participação dos trabalhos legislativos de nossa Assembléia, conhecendo com mais profundidade como se procede o processo legislativo, na Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, até porque os estudantes de Direito não vêm aqui na condição apenas de espectadores, mas vêm aqui na condição de estudantes, de jovens preocupados com o conhecimento legislativo, para não distorcer os fatos com a demagogia constante que impera nesta Casa, quando se procura jogar companheiros contra a opinião pública.

Gostaria de dizer aos nobres estudantes que todo o Parlamentar desta Casa, tem conhecimento prévio daquilo que acontece no Plenário.

A vida parlamentar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não está vinculada diretamente e exclusivamente ao horário da sessão plenária. O exercício da vida parlamentar é muito mais abrangente. É a representatividade da população, que nem sempre é feita exatamente neste local. E gostaria de dizer que a grande maioria dos Parlamentares ausentes ou estão nas suas bases eleitorais, ou viajaram hoje de manhã para um Encontro que está acontecendo em Brasília, com o Ministério, para levar a reivindicação da Região Sul, dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no que diz respeito ao mau preço que está sendo pago hoje, para os suínos, levando à falência os produtores de suínos.

Então, Srs. acadêmicos, não estranhem Vossas Excelências a ausência de parlamentares nesta Casa. Tenho certeza que a opinião pública do Paraná e que a laboriosa classe dos avicultores do Paraná, dos suinocultores do Paraná, merecem o trabalho, a assistência, o prestigiamento e a presença dos Parlamentares na reunião que estão fazendo em Brasília, hoje à tarde, com a presença dos Governadores de Estado, inclusive para tal evento foi convocado o maior número possível de Parlamentares do Sul do Brasil, porque, infelizmente, o Sul do Brasil tem se acomodado nas suas reivindicações e, enquanto isso, o Nordeste lota as salas dos ministérios, com seus Parlamentares, com seus governadores, pleiteando regimes diferenciados, situações diferenciadas para o Nordeste.

Esta é a razão da ausência de alguns.

Por outro lado, Srs. acadêmicos, neste instante está se realizando no Plenarinho desta Casa, um Encontro de Avicultores, no qual muitos Parlamentares estão discutindo, junto com os avicultores, a situação da avicultura do Paraná e do Brasil.

Então, em defesa a esta Casa, para que vocês, jovens, cheios de vida e de vontade de participar e de analisar o comportamento dos políticos que vieram a esta Assembleia, não saiam daqui com a visão distorcida de que os Parlamentares estejam alheios aos fatos que ocorrem no Paraná e no Brasil, é que justifico a razão pela qual muitos não estão aqui. Mas, tenho certeza, todos estão honrando o seu mandato, cumprindo com a sua missão de acompanhamento às causas de reivindicação popular.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Caíto Quintana, digno Líder da nossa Bancada aqui nesta Casa.

Quero aproveitar a oportunidade que Vossa Excelência me concede, para, também, em nome da região que represento nesta Casa, através do meu Partido, o PMDB, cumprimentar os acadêmicos de Direito que, nesta oportunidade, visitam este Poder Legislativo.

Para nós é uma honra muito grande ter os acadêmicos de Direito nesta Casa, podendo aprender um pouco, podendo conviver um pouco com a vida do Parlamento Estadual.

Nesta oportunidade, quero também render uma homenagem especial ao acadêmico Adriano Richa, filho do nosso ex-Governador do Paraná, José Richa, que devolveu a credibilidade ao homem público do Paraná, que hoje desponta como uma das grandes lideranças nacionais, e que, com muita dignidade, representa o Paraná na esfera fe-

deral.

Ainda aproveitando a oportunidade que Vossa Excelência me concede, quero dizer que na segunda-feira foi feriado e não tivemos sessão plenária; quero dizer que na terça-feira o Sr. Presidente Antônio Aníbelli, nosso digno Presidente, que com muita honra e com muita galhardia comanda este Poder Legislativo, e nós nos orgulhamos de ter eleito este Presidente para governar este Poder Legislativo, ele acabou de dizer que na terça-feira, - e eu aqui estava presente nas Explicações Pessoais - nós estivemos aqui até às 18 horas. No dia de ontem, não tivemos Sessão Legislativa, em virtude de uma convocação de Sua Excelência o Sr. Governador Álvaro Dias, para que estivéssemos presentes no Palácio Iguaçu, prestigiando uma solenidade de alta importância ao desenvolvimento social do Paraná.

E quero dizer que hoje, na quinta-feira, estamos aqui numa grande maioria, representando este Poder, e quero dizer que o nobre tribuno, pelo qual tenho grande respeito, Deputado Algaci Túlio, deve se lembrar que a grande maioria de sua Bancada não está aqui presente, e este Deputado, em momento algum, quer distorcer a ausência da maioria de sua Bancada, do PDT, sugerindo que eles estejam passeando e não estejam aqui por alguma razão qualquer. Eu tenho certeza que estes Parlamentares estão trabalhando.

Quem sabe, Deputado Caíto Quintana, eles estejam acompanhando alguma comitiva de agricultores numa audiência com o Presidente do BANESTADO, como ontem aconteceu com a minha pessoa, ou estejam eles no BADEP, como ontem eu também fui com uma comitiva falar com o Presidente do BADEP.

De maneira que Vossa Excelência disse muito bem, a nossa vida parlamentar não se restringe apenas a este Plenário, razão porque, se ficássemos só em Plenário, as nossas bases partidárias, os homens, os pequenos avicultores, os homens que dependem das nossas ações aqui nesta Casa, estariam frustrados, porque não adviriam benefícios das nossas ações, que não se limitam apenas ao Plenário, mas se incluem audiências com Secretários de Estado, com o Governador, para que a gente possa sempre pleitear alguma coisa de bem para a nossa gente.

Era essa a correção que eu queria fazer. Em momento algum acho que devemos interpretar a ausência de alguns parlamentares - incluídos todos os partidos políticos - porque nós não sabemos o problema que cada um está enfrentando. No dia de hoje, tenho certeza que a grande maioria, como Vossa Excelência acabou de dizer, está no Plenarinho discutindo o problema da

avicultura e outros estão representando o Paraná em Brasília.

De maneira que eu tenho certeza que os acadêmicos de Direito, pela sua sadia intuição, pela sua viva inteligência, saberão levar desta Casa um exemplo maior de dignidade, de honradez, porque graças a Deus, este Parlamento, com todos os Partidos que é composto, ostenta homens de grande responsabilidade, de caráter, de probidade, que estão preocupados com o crescimento do Paraná, igualmente o Governador José Richa o fez quando governou este Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Vossa Excelência tem mais trinta segundos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Devido a termos nos prolongado neste assunto, quero me reservar, Sr. Presidente, apenas para comentar, na próxima sessão, a sábia decisão do PMDB, através de sua Executiva, que soube respeitar as conclusões da última convenção partidária realizada em Brasília, quando os delegados nacionais do PMDB houveram por bem, em votação, deixar a discussão de tempo de mandato, regime de governo, para Assembléia Nacional Constituinte, fato que a Executiva cumpriu à risca, não negando o apoio do PMDB ao Governo Federal neste momento de transição na vida nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Encerrado...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para justificar que alguns companheiros nossos não estão no Plenário, porque nesta manhã o Governador Álvaro Dias está concedendo audiências aos Deputados Estaduais.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência recebe com satisfação a explicação do nobre Líder.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Werner Wanderer, como membro suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de corrupção no Banco del Paraná. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 88/87, de autoria do Deputado Rafael Greca, que autoriza o Poder Executivo a isentar as Instituições reconhecidas de Utilidade Pública pelo Estado, das taxas de água e energia elétrica, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. ~~em~~ REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n.60 de 03.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 88/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rafael Greca o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar as instituições reconhecidas de Utilidade Pública.

Como se pode notar da própria justificativa, a medida é revestida de inegável mérito, pois visa, antes de mais nada, fazer com que o Estado pelo menos auxilie estas instituições, com a isenção do pagamento destas tarifas, básicas para o pleno funcionamento de tais instituições, pois são do conhecimento geral as dificuldades porque têm passado estas instituições.

Se bem que a Constituição Estadual arrole a iniciativa do Projeto de Lei em questão entre aquelas que são de competência do Poder Executivo, é de entendimento pacífico, já confirmado pela abundância de precedentes, que a sanção governamental sana o eventual vício de origem, não havendo, portanto, sob este aspecto, óbice a antepor, tendo em vista ser o Projeto de Lei em tela meramente autorizatório.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO, na forma do SUBSTITUTIVO que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
ERONDY SILVÉRIO

Relator

PROJETO DE LEI N. 088/87

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 88/87

VOTO EM SEPARADO AO PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, visa autorizar o Poder Executivo a isentar as instituições de caráter exclusivamente filantrópico, reconhecidas de Utilidade Pública pelo Estado, das taxas de água e energia elétrica.

A medida, embora revestida de inegável mérito, conflita com as imposições da Carta Estadual, no seu art. 25, § 1º, alínea "a", no que tange ao poder de iniciativa, pois é de competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira. E isenção de taxas, inclui-se, sem dúvida, no rol destas matérias.

Quanto à alegação de que a sanção governamental supre o vício de origem, há que se contestar, pois há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em contrário (Representação 890-GB. RTJ/69, pág. 633).

Nestas condições, cumpre-nos manifestar contrariamente ao Projeto de Lei n. 088/87.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 88/87

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar as Instituições de caráter exclusivamente filantrópico, declaradas de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Paraná, das taxas de água e energia elétrica.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal Emenda visa restringir a isenção do pagamento das taxas de água e energia elétrica, somente às instituições de caráter filantrópico, declaradas de Utilidade Pública.

É do conhecimento geral que tais instituições beneficentes dispõem de poucos recursos para sua subsistência e com grande dificuldades continuam a sua missão altruísta.

Isentar tais instituições do pagamento das taxas de água e energia elétrica seria um modo do Governo do Estado colaborar com tais instituições, que tanto fazem pela comunidade carente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, autoriza o Poder Executivo a isentar as instituições reconhecidas de Utilidade Pública pelo Estado das taxas de água e energia elétrica.

Objeto de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável à aprovação na forma de Emenda Substitutiva..

Destaca-se o caráter social da medida, que irá beneficiar instituições filantrópicas, responsáveis por considerável volume da assistência social aos desamparados em nosso Estado. É justo reconhecer, inclusive, as enormes dificuldades por que passam tais instituições.

A isenção do pagamento das tarifas especificadas é uma forma do Poder Público contribuir para o pleno funcionamento das referidas instituições.

Acompanhando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, manifestamo-nos favoravelmente, opinando pela aprovação do Projeto de Lei, na forma da Emenda Substitutiva já citada.

Sala das Comissões, em 30.09.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

Em votação. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência defere e fará a devida verificação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência defere e o Senhor 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, fará novamente a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Responderam a chamada nominal 48 Senhores Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Vai-se proceder à verificação de votação pedida pelo Deputado Pedro Tonelli.

Deputados que aprovam o Projeto do Deputado Rafael Greca queiram levantar-se. Seis Senhores Deputados APROVAM.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Dez Senhores Deputados REJEITAM. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu encargo da Mesa que então adie o processo de votação previsto para esta sessão em virtude da ausência de "quorum" para deliberação de aprovação ou rejeição das matérias propostas à Assembléia e que passe para a parte pertinente da Ordem do Dia que não envolva deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Presidência apenas informa ao Deputado que regimentalmente apenas pode encerrar a discussão, deixando a votação para a próxima sessão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que denomina ESCOLA ESTADUAL MARIA SCARAMELLA MOREIRA - Ensino de 1º Grau a Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 77 de 03.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 129/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, o presente Plano de Lei tem por finalidade denominar Escola Estadual Maria Flora Scaramella Moreira - Ensino de 1º Grau à Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Quanto ao aspecto formal, o Projeto obedece os requisitos do Regimento desta Casa, inexistindo reparos a fazer.

No que concerne ao mérito, a Proposição é de absoluta oportunidade e justiça, já que objetiva prestar significativa homenagem a professora, educadora e grande figura humana, Maria Flora Scaramella Moreira.

Em tais circunstâncias, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO E LEI N. 129/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, pretende denominar Escola Estadual Maria Flora Scaramella Moreira - Ensino de 1º Grau à Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul.

A Comissão de Constituição e Justiça deu seu parecer favorável, pois não há qualquer impedimento à tramitação normal do projeto pelos órgãos desta Casa.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar quanto ao seu mérito, tem que a medida que está sendo proposta pretende homenagear a professora Maria Flora Scaramella Moreira, educadora e grande figura humana, natural de Piraí do Sul.

Em tais circunstâncias, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 171/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo de Almeida Neves com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 85 de 18.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 171/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei n. 171/87, apresentado pelo ilustre Deputado Cândido Bastos, visa a declaração de Utilidade Pública à "Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo de Almeida Neves", com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Analisado por esta Comissão, observa-se que o Plano de Lei satisfaz plenamente as exigências inseridas na Lei n. 6.994, de 10.01.78, que estabelece a aquisição de personalidade jurídica há mais de um ano, estatutos sociais, relatórios das atividades, objeto (sem fins lucrativos) e ata de sua fundação, cujos documentos se encontram acostados ao aludido projeto.

Por essa razão, inexistente qualquer impedimento que possa obstar sua normal tramitação por esta casa, pelo que somos de parecer favorável a sua aprovação.

PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 172/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Teobaldo Vitorio Machado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 85 de 18.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 172/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão honorário do Paraná ao Senhor Teobaldo Vitorio Machado.

Este plano de Lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1987, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente não existe qualquer óbice que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Antônio Francisco do Nascimento Filho, ocorrido no município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do IPE, pleiteando a instalação de um centro previdenciário daquele órgão, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do IPE, encarecendo a instalação de um centro previdenciário com amplo atendimento de Raio X, Laboratório de Análises Clínicas, Eletrocardiogramas, atendimento odontológico e outros servi-

ços, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo reforma geral no colégio Estadual Presidente Kennedy - Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de subdelegacia no Distrito de Jardinópolis, no Município de Medianeira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de subdelegacia no Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, pedindo, a construção de 4 salas de aula no Colégio Estadual Presidente Kennedy, do Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de Posto de Serviço Telefônico - PS, na localidade de Bom Jesus, no Município de Marmeleiro. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações referente ao Centro de Convenções. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a instalação de um Posto do referido banco, no Distrito de Vila Alta, no Município de Umuarama. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Professor. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecen-

do a destinação de um auxílio à Sociedade Protetora dos Animais, desta Capital, através da cessão de um veículo automotor. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, cumprimentando-o pela versatilidade de gerenciamento, não apenas na Pasta que dirige, como também na cooperação em outras áreas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, cumprimentando-o pela sua eficiente e fecunda atuação frente à Pasta da Administração. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, protestando contra o uso indevido dos recursos públicos em benefício de auto-promoção. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos Jornais "Folha de Londrina" e Paraná Oeste, pelas edições comemorativas ao Dia da Criança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado de Polícia do Município de Ponta Grossa, manifestando apoio e solidariedade ao bom trabalho por ele desenvolvido. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a instalação e uma agência (posto de serviço), no Município de Flórida. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração solicitando a instalação de um Centro Previdenciário com amplo atendimento em todos os setores, no Município e Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Amauri Antônio Ançay, pela escolha de "O Operário Padrão do Paraná de 1987", em promoção realizada pelo SESI e pelo "O Globo". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo que o Município de Marialva seja elevado de Comarca inicial para Intermediária. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", pelo transcurso de 12 anos da coluna "Gazeta na Justiça", e 32 anos da coluna "Dino Almeida Informa". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Professor. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pela posse da nova diretoria. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Delegado da Polícia Federal do Paraná e Diretor da Polícia Federal do Município de Foz do Iguaçu, pelo brilhante trabalho de fechamento e prisão dos responsáveis do "cassino", instalado no Município de Foz do Iguaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Prefeito do Município de Foz do Iguaçu, pela intenção da implantação de um cassino naquele Município. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo uma política de apoio ao pequeno agricultor. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 88, 129, 171 e 172/87.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 35/86, 75, 83, 104 e 142/87.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1.987

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Quielse Crisóstomo.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Acyr Mezzadri, David Cheriegate e José Felinto (05). Achando-se em licença os Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e a Sra. Deputada Irondi Pugliesi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 182/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA - APMI do Distrito de Yolanda, Município de Ubi-

ratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 86, de 19.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 182/87

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Nestor Baptista propõe Projeto n. 182/87, objetivando seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Distrito de Yolanda, Município de Ubiratã.

A Lei n. 6994, de 10.01.78, que trata especificamente da matéria, estabelece determinados requisitos para sua efetivação, entre eles, assistência jurídica há mais de um ano, relatório das atividades da entidade, estatutos sociais, ata de fundação e inexistência de fins lucrativos.

Devidamente analisado, o plano de lei encontra-se plenamente instruído, em consonância com a citada legislação. Por essa razão, nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 186/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES - ACROL, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 87, de 24.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 186/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rocha Loures - ACROL, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria (Lei n. 6994, de 10.01.78), inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

193/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná aos irmãos LAFAYETE e RICARDO QUEIROLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 90, de 27.08.87.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 193/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná aos Irmãos Lafayete e Ricardo Queirolo.

Este plano de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n. 5638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 194/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE IPORÃ - A.P.I., com sede e foro no Município de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 90, de 27.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 194/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Iporã - A.P.I., com sede e foro no Município de Iporã.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria (Lei n. 6994, de 10.01.78), inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a ordem do Dia já anunciada, e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 182, 186, 193 e 194/87.

Levanta-se a Sessão.